

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**ACTA N.º 9/XI**

Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano de 2009, pelas catorze horas, reuniu Comissão de Orçamento e Finanças sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Mota Pinto (PSD) e na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças anexa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e aprovação das actas nºs 5, 6, 7 e 8.
2. Apreciação e votação do Parecer sobre o Projecto de Lei nº 37/XI (PCP) – “Proíbe a aplicação de taxas, comissões, custos, encargos ou despesas às operações de multibanco através de cartões de débito” (Relator Sr. Deputado Paulo Batista Santos).
3. Admissibilidade da Petição nº 9/XI/1ª, da iniciativa de Alexandre Moura e Silva Nogueira Pestana que “Solicita que sejam criados incentivos fiscais para quem pretenda constituir empresas na área das novas tecnologias, energias renováveis e tecnologias do ambiente” (Relator cabe ao GP PSD).
4. Apreciação do pedido de audiência da Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom sobre o enquadramento fiscal das quotas para a PT-ACS.
5. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP CDS-PP, para audição do Senhor Presidente da Caixa Geral de Depósitos sobre a actuação da CGD no BPN e sobre o processo de reprivatização em curso.
6. Decisão sobre a delegação de dois membros da COF à Conferência da Haia.
7. Apreciação do pedido de audiência da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, sobre o regime contributivo dos docentes inscritos na CGA até 31 de Dezembro de 2005.
8. Aprovação da redacção final da Proposta de Lei n.º 2/XI - “Segunda alteração à Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009).
9. Outros assuntos.
10. Leitura e aprovação das actas nºs 5, 6, 7 e 8.

A Comissão aprovou as actas números cinco a oito, na ausência dos Representantes dos Grupos Parlamentares do BE e do PCP.

Não se encontrando ainda presente o representante do Grupo Parlamentar autor Projecto de Lei n.º 37/XI/1ª, Senhor Deputado Honório Novo, a Comissão optou por suspender a apreciação do ponto dois da ordem de trabalhos até à sua chegada e passou ao ponto seguinte da agenda.

1. Admissibilidade da Petição nº 9/XI/1ª, da iniciativa de Alexandre Moura e Silva Nogueira Pestana que “Solicita que sejam criados incentivos fiscais para quem pretenda constituir empresas na área das novas tecnologias, energias renováveis e tecnologias do ambiente” (Relator cabe ao GP PSD).

Em resposta ao pedido formulado pelo Senhor Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD nomeou a Senhora Deputada Isabel Sequeira Relatora da Petição n.º 9/XI/1.ª.

Entretanto passou também a participar na reunião o Senhor Vice-Presidente, Deputado José Gusmão (BE).

1. Apreciação do pedido de audiência da Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom sobre o enquadramento fiscal das quotas para a PT-ACS.

O Senhor Presidente manifestou a intenção de estar presente na audiência com a Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom sobre o enquadramento fiscal das quotas para a PT-ACS e, após uma breve troca de impressões com a Senhora Vice-Presidente, informou que de futuro passaria a alternar a sua presença nas audiências da Comissão com a Senhora Deputada Teresa Venda (PS). Em seguida, solicitou aos Grupos Parlamentares que indicassem os Deputados que propunham para a audição da Comissão de Trabalhadores da PT, tendo o GP do PSD indicado a Senhora Deputada Isabel Sequeira e os restantes partidos informado que comunicariam oportunamente essa indicação.

A audiência foi agendada para o dia 5 de Janeiro para as quinze horas.

1. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP CDS-PP, para audição do Senhor Presidente da Caixa Geral de Depósitos sobre a actuação da CGD no BPN e sobre o processo de reprivatização em curso.

O Senhor Presidente começou por dar a palavra à Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) para, em nome do Grupo Parlamentar proponente, se pronunciar sobre o requerimento apresentado para a audição ao Senhor Presidente da Caixa Geral de Depósitos sobre a actuação da CGD no BPN e sobre o processo de reprivatização em curso, tendo em seguida aquela Deputada passado a explicar as razões que levaram o CDS-PP a requerer essa audição.

Após a exposição, o Senhor Deputado Afonso Candal (PS) requereu o adiamento deste ponto para a próxima reunião, por ter tido dele conhecimento agora. O Senhor Presidente observou que o assunto constava da ordem de trabalhos divulgada em tempo, estando por isso reunidos os requisitos para a apreciação e votação do requerimento, sendo, porém, que, acrescentou, de qualquer modo seria muito difícil efectuar a audição até final do ano. E em seguida perguntou ao GP requerente qual seria a sua posição quanto ao pedido de adiamento proposto pelo GP do PS.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) considerou que faria todo o sentido deliberar sobre o requerimento nesta reunião, mas que, caso houvesse consenso de todos os GP, não se oporia ao adiamento deste ponto da agenda para a próxima reunião da Comissão.

Entretanto passou a participar na reunião o Senhor Deputado Honório Novo (PCP).

Quer o GP do PCP quer o GP do BE concordaram também com o adiamento proposto. Assim, o assunto transitou para a reunião seguinte.

1. Apreciação e votação do Parecer sobre o Projecto de Lei nº 37/XI (PCP) – “Proíbe a aplicação de taxas, comissões, custos, encargos ou despesas às operações de multibanco através de cartões de débito” (Relator Sr. Deputado Paulo Batista Santos).

O ponto dois da ordem de trabalhos foi retomado neste momento, por já se encontrar representado o Grupo Parlamentar proponente, tendo o Senhor Presidente começado por dar a palavra ao Relator para apresentar o seu parecer sobre o Projecto de Lei n.º 37/XI/1ª.

O Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) agradeceu e passou a expor as suas considerações iniciais sobre o documento, tendo reforçado a necessidade da Comissão ouvir o Senhor Governador do Banco de Portugal no âmbito da matéria em apreço.

Depois, o Senhor Deputado Honório Novo (PCP), em representação do Grupo Parlamentar proponente, realçou o trabalho realizado pelo Relator e sublinhou que a iniciativa tinha sido agora retomada pelo PCP apenas com uma alteração em relação à que apresentara na anterior Legislatura, de forma a prever também a inclusão das cadernetas bancárias, por funcionarem também como cartões de débito. Ao concluir, referiu que apesar de o Governo ter anunciado recentemente que iria legislar sobre a matéria, as iniciativas legislativas apresentadas quer pelo BE quer pelo PCP não colidiriam.

O Senhor Deputado Afonso Candal usou da palavra para lembrar que a pretensão das instituições bancárias de procederem à cobrança de taxas, comissões ou outros encargos sobre as operações realizadas com cartões de débito era uma questão recorrente, e que, apesar de compreender a utilidade de se continuar a manter alguma pressão pública como factor de dissuasão para a Banca, o Governo já tinha deliberado em Conselho de Ministros sobre uma parte das questões colocadas no projecto lei apresentado pelo GP do PCP. Em todo o caso, o GP do PS, nada tinha a objectar quanto ao Relatório em apreço, mas apenas quanto à opinião do Relator. Acrescentou que considerava desnecessária a proposta de audição ao Senhor Governador do Banco de Portugal, não obstante poder o assunto vir a ser colocado àquela entidade numa próxima audição na Comissão. Pelas razões expostas, concluiu o Senhor Deputado Afonso Candal, o GP do PS votaria contra o Parecer do Relator.

A posição do GP do BE foi transmitida pelo Senhor Deputado José Gusmão, que começou por esclarecer que o seu Grupo Parlamentar apresentara também uma iniciativa neste âmbito, quando o Governo ainda não tinha legislado sobre a mesma, mas que, se efectivamente a deliberação do Conselho de Ministros ia de encontro aos mesmos objectivos, tal significaria que Governo evoluíra na sua posição para a proibição da cobrança de taxas sobre as operações realizada com cartões multibanco, pelo que BE não se oporia a retirar a sua iniciativa, se fosse também essa a leitura das restantes forças políticas.

Sustentando que não era a matéria do projecto de lei em si que a Comissão deveria debater, pois era ao Plenário da AR que competiria fazê-lo, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), esclareceu que a Comissão deveria apenas votar o Relatório e Parecer do Relator, por se tratar de um documento factual, no qual o Relator se limitara a fazer o ponto da situação sobre o conteúdo da iniciativa. Por essa razão, explicou o Coordenador do GP do PSD, não compreendia o sentido de voto desfavorável assumido pelo GP do PS.

O Senhor Deputado Afonso Candal (PS) pediu novamente a palavra para reforçar que esta matéria já tinha sido legislada pelo Governo e que a posição política que assumira em nome d seu GP nada tinha a ver com o conteúdo do Parecer, sobre o qual não fazia qualquer crítica, traduzindo a sua posição uma mera demarcação política do GP do Partido Socialista.

O Senhor Deputado Relator agradeceu as palavras do Senhor Deputado Afonso Candal mas insistiu que, incidindo o Projecto de Lei n.º 37/XI sobre matéria de regulação na esfera de competências do Banco de Portugal, manteria a sua proposta para a audição ao Senhor Governador do BdP.

Uma posição de indiferença quanto à proposta de audição do BdP foi assumida pelo Senhor Deputado Honório Novo (PCP), por considerar que o responsável por aquela entidade de regulação nunca clarificou antes a sua posição sobre o assunto, apesar de diversas insistências do PCP.

Depois de conhecidas as posições das várias forças políticas, o Senhor Presidente retirou da votação a proposta de audição do Senhor Governador do BdP e submeteu à votação as partes I e III do Parecer, tendo o documento sido aprovado com o voto favorável dos GP do PSD, CDS-PP, BE e PCP e a abstenção do PS.

1. Decisão sobre a delegação de dois membros da COF à Conferência da Haia.

O Senhor Presidente deu conhecimento do Despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República autorizando a participação de dois Deputados da Comissão de Orçamento e Finanças na Conferência Interparlamentar sobre a Gestão de Fundos Públicos se realizará em Haia, na Holanda, no final de Janeiro, de um Deputado pelo partido no Governo e de o outro pela Oposição, após o que ao solicitou PS que indicasse o nome de um Deputado daquele GP e aos restantes Grupos Parlamentares, que dessem a sua opinião sobre qual o Deputado a propor.

O GP do PS informou que até final do dia indicaria o nome do Deputado que participaria na Conferência. Quanto à indicação de um segundo Deputado, a escolha da Comissão recaiu sobre o Senhor Presidente, que manifestou a sua disponibilidade para a deslocação, condicionando-a no entanto a eventuais audições que a Comissão venha a promover nessa altura, no âmbito do OE 2010.

1. Apreciação do pedido de audiência da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, sobre o regime contributivo dos docentes inscritos na CGA até 31 de Dezembro de 2005.

O Senhor Presidente indicou a Senhora Vice-Presidente, Deputada Teresa Venda (PS) para a audiência em apreço, depois de uma breve troca de impressões com a própria, e pediu aos GP para indicarem os nomes dos Deputados a incluir no grupo que receberá a Associação.

O PSD indicou o Senhor Deputado António Preto e os restantes GP asseguraram que indicariam os nomes oportunamente.

A audiência foi agendada para o dia cinco de Janeiro para as dezasseis horas.

1. Aprovação da redacção final da Proposta de Lei n.º 2/XI - “Segunda alteração à Lei n,º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009).

O Senhor Presidente observou que, dada a urgência desta matéria, agendara para votação da redacção final da Proposta de Lei n.º 2/XI para esta reunião, após de ter trocado impressões com todos os Coordenadores.

Não tendo registado quaisquer inscrições de Deputados para se pronunciarem sobre a matéria em apreço, o Senhor Presidente submeteu a redacção final do Orçamento Rectificativo (2ª alteração ao OE 209) a votação, tendo a Proposta de Lei n.º 2/XI sido aprovada por unanimidade.

1. Outros assuntos
   1. Pedido dirigido pelo GP do PSD ao Senhor Presidente da Assembleia da República solicitando a análise técnica da UTAO às contas do sector da saúde.

O Senhor Presidente deu conhecimento do despacho exarado pelo Senhor Presidente da Assembleia da República ao abrigo Resolução da AR n.º 53/2006 no documento que remeteu à Comissão, um pedido que lhe foi endereçado pelo GP PSD, para a realização de um estudo às contas do sector da saúde, pela UTAO.

Os GP do PS, do PCP e do PSD transmitiram a sua preocupação pelo facto de o pedido, que foi deferido pelo Senhor Presidente da Assembleia, não constar da proposta de Plano de Actividades da UTAO e de poder de alguma forma por em causa as prioridades definidas para essa Unidade Técnica, que infelizmente conta com um reduzido número de elementos. A propósito das questões levantadas, o Senhor Deputado Honório Novo (PCP), lembrou a urgência em acelerar os processos de abertura do procedimento para o concurso público, para o recrutamento de 3 a 5 técnicos para reforço da UTAO.

Relativamente à questão que foi levantada pelo GP do PCP, o Senhor Presidente deu conhecimento à Comissão que já lhe foi apresentado um projecto de organização para o início do processo de recrutamento por concurso público.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) fez um apelo para que a conclusão do estudo a realizar pela UTAO sobre as contas do sector da saúde, ocorra antes da entrada do OE para 2010, porque depois será muito difícil a sua elaboração, ao que o Senhor Presidente respondeu que pretendia sondar os técnicos da UTAO sobre o assunto.

O pedido formulado pelo GP do PSD ao Senhor Presidente da Assembleia da República será aditado ao Plano de Actividades da UTAO a agendar para a próxima reunião, informou o Senhor Presidente e, se possível, também a apreciação da planificação de trabalhos e prazos para a elaboração do parecer técnico sobre a Proposta de Lei n.º 1 (ALRAM) a realizar pela equipa técnica da UTAO, em cumprimento da Deliberação da COF, de nove de Dezembro.

* 1. Projecto de Lei n.º 87/XI/1ª (PCP) - Cria um regime transitório para a entrada em vigor do novo sistema de normalização contabilística.

O Senhor Deputado Honório Novo (PCP) referiu que o GP do PCP tem sido abordado por um número significativo de empresas que ainda não se encontravam preparadas para a implementação do novo sistema de normalização contabilística que passa a vigoar a partir do próximo dia um de Janeiro de dois mil e dez e, por isso, o PCP apresentou uma iniciativa legislativa, o Projecto de Lei n.º 87/XI, que prevê um regime transitório de um ano para as empresas que se encontram nessa situação se organizem. O assunto é muito urgente (visto que no dia vinte e dois de Dezembro já não haverá votações em Plenário), sublinhou o Coordenador do PCP, dado a entrada em vigor do novo sistema de normalização contabilística já no início do próximo ano, pelo que apelou ao consenso de todos os GP para a avocação do processo de especialidade da iniciativa em Plenário para o próximo dia dezoito de Dezembro, caso o Senhor Presidente da Assembleia da República aceitasse o seu agendamento para o último dia do ano em que será possível a aprovação do diploma. O referido Projecto de Lei incluía dois artigos, mas para agilizar e acelerar o processo, sublinhou o Senhor Deputado Honório Novo, o GP do PCP aceitava manter apenas o artigo que prevê a coabitação dos dois regimes contabilísticos.

O Senhor Deputado Afonso Candal (PS) considerou que se fosse obtido o consenso de todos os GP e, uma vez que o PCP se dispunha a retirar um dos dois artigos, apenas dependeria do Senhor residente da Assembleia a votação no dia seguinte, em Plenário.

Por seu turno, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) propôs aos GP que se articulassem durante a parte da tarde para a decisão poder ser comunicada até final do dia ao Senhor Presidente da AR.

* 1. Agendamento dos diplomas que baixaram à COF na fase de especialidade

O Senhor Presidente começou por referir que era urgente proceder-se à fixação do prazo limite para a apresentação de propostas de alteração aos diplomas que baixaram à COF na fase de especialidade, alguns versando a mesma matéria. Posto isto, solicitou aos GP que apresentassem as suas sugestões preferencialmente para uma data compreendida entre o Natal e o Ano Novo, para que algumas dessas iniciativas pudessem ser votadas pela Comissão logo na primeira reunião de 2010.

A Senhora Deputada Cecília Meireles CDS-PP) sugeriu o dia trinta de Dezembro ao final do dia, para data limite da entrega de propostas de alteração. A essa proposta opôs-se o Senhor Deputado Afonso Candal (PS), com o argumento de que os trabalhos parlamentares encerram no período de Natal. Quanto ao Senhor Deputado Honório Novo (PCP) sugeriu o dia quatro de Janeiro de dois mil e dez para data limite de entrega de propostas de alteração e o agendamento da votação na especialidade dos diplomas, para o dia seis de Janeiro.

Não havendo consenso, o Senhor Presidente submeteu à votação a proposta do GP do PCP, tendo votado a favor da mesma os GP do CDS-PP, PCP, PSD e votado contra o GP do PS. O representante do BE absteve-se na votação. Assim, ficou fixado o dia quatro de Janeiro de dois mil e dez para a entrega de propostas de alteração aos diplomas que baixaram à COF para apreciação na especialidade, e a votação desses diplomas para o dia seis de Janeiro.

O Senhor Deputado Afonso Candal pediu esclarecimentos à Mesa sobre as votações por maioria simples, sugerindo que nos termos regimentais, a votação realizada deveria ter sido nominal e não por força política.

O Senhor Presidente esclareceu que na votação se tinha observado a maioria em conformidade com o n.º 2 da Deliberação n.º 3-PL/2009, aprovada por unanimidade no Plenário da Assembleia: *“Sem prejuízo do quórum de funcionamento e de deliberação e das regras aplicáveis às presenças dos Deputados em Comissão, nas votações por maioria simples os votos de cada Grupo Parlamentar reproduzem a sua representatividade na Assembleia da República”.*

* 1. Agendamento na Comissão da Proposta de Lei n.º 1/XI (ALRAM)

O Senhor Presidente perguntou se algum GP pretendia usar da palavra sobre o agendamento da Proposta de Lei n.º 1/XI (ALRAM), que o Plenário da AR determinou, por unanimidade, fazer baixar a esta Comissão sem votação, por um prazo de vinte dias.

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) teceu algumas considerações sobre o assunto em apreço e sublinhou a urgência na apreciação do diploma, dadas as suas implicações orçamentais em sede de OE para 2010, para justificar que o PSD não aceitaria que a apreciação da PPL n.º 1/XI (ALRAM) pela COF tivesse que aguardar pela entrega do parecer solicitado à UTAO sobre o impacto orçamental das medidas propostas.

Não havendo mais qualquer inscrição, o Senhor Presidente propôs a fixação do dia onze de Janeiro para a entrega de propostas de alteração à PPL n.º 1/XI, e a sua apreciação para o dia catorze de Janeiro. A proposta foi aceite por unanimidade.

* 1. Audição do Grupo para o Estudo da Política Fiscal

Foi agendada para as dezassete horas do dia cinco de Janeiro a audição do Grupo para o Estudo da Política Fiscal, que produziu o Relatório sobre “Competitividade, Eficiência e Justiça do Sistema Fiscal” e que no Plano de Actividades estava prevista para o mês em curso.

O Sr. Presidente apresentou a sua proposta de ordem de trabalhos para a próxima reunião e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, após ter agendado a próxima reunião da COF para o dia vinte e um de Dezembro, pelas dezassete horas.

A participação dos membros da COF, na reunião, foi a seguinte:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Deputados Efectivos |  |  |
| Nome | GP | Registo |
| Paulo Mota Pinto | PSD | P |
| Teresa Venda | PS | P |
| José Gusmão | BE | P |
| Duarte Cordeiro | PS | F |
| Eduardo Cabrita | PS | P |
| Hortense Martins | PS | P |
| Jamila Madeira | PS | P |
| João Galamba | PS | P |
| João Paulo Correia | PS | P |
| Luís Miguel França | PS | P |
| Vítor Baptista | PS | F |
| António Silva Preto | PSD | P |
| Duarte Pacheco | PSD | P |
| Hugo Velosa | PSD | P |
| Isabel Sequeira | PSD | P |
| José de Matos Rosa | PSD | P |
| Miguel Frasquilho | PSD | F |
| Paulo Batista Santos | PSD | P |
| Assunção Cristas | CDS-PP | F |
| Pedro Brandão Rodrigues | CDS-PP | F |
| Honório Novo | PCP | P |
| Deputados Suplentes |  |  |
| Nome | GP |  |
| Afonso Candal | PS | NP |
| António José Seguro | PS | NC |
| Fernando Jesus | PS | NC |
| Glória Araújo | PS | NC |
| Jorge Seguro Sanches | PS | NC |
| Luís Fagundes Duarte | PS | NC |
| Nuno Sá | PS | NC |
| Odete João | PS | NC |
| Ricardo Rodrigues | PS | NC |
| Carlos Páscoa Gonçalves | PSD | NC |
| Cristóvão Crespo | PSD | P |
| Luís Menezes | PSD | NC |
| Pedro Rodrigues | PSD | NC |
| Ulisses Pereira | PSD | NC |
| Vasco Cunha | PSD | NC |
| Cecília Meireles | CDS-PP | P |
| João Pinho de Almeida | CDS-PP | P |
| Francisco Louçã | BE | NC |
| Bruno Dias | PCP | NC |

Assembleia da República, em 17 de Dezembro de 2009

O PRESIDENTE,

Paulo Mota Pinto